

Olhares sobre crianças e infâncias na Arqueologia: uma breve aproximação

Perspectives on children and childhood in Archaeology: a brief overview

Adriana Fraga da Silva¹

adrifragasilva@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0205-2640>

Resumo: Este artigo aponta as tendências das abordagens através das quais infâncias e crianças são delineadas na Arqueologia, pautando-se principalmente no caso brasileiro. Sabe-se que infâncias, crianças e culturas infantis, desde a História, a Pedagogia, a Sociologia e a Antropologia, por exemplo, encontram um espaço de investigação consolidado. Todavia, na Arqueologia brasileira identifica-se que infâncias e crianças compõem temas tangenciais que, impulsionados pela presença de elementos materiais específicos, identificam ou pré-definem uma presença infantil. Há também as abordagens que debatem infâncias e crianças como categorias sociais culturalmente postas e, portanto, historicamente definidas. Tais trabalhos tem proporcionado à Arqueologia importantes reflexões teóricas, bem como o exercício de construções metodológicas para a abordagem destas categorias sociais.

Palavras-chave: Infância; Criança; Arqueologia

Abstract: This paper highlights the tendencies of the approaches through which childhoods and children are outlined in Archaeology, mainly based on the Brazilian case. It is known that childhoods, children and children's cultures, since History, Pedagogy, Sociology and Anthropology, for example, find a consolidated space for research. However, in Brazilian Archaeology it is identified that childhoods and children assemble tangential themes that, driven by the presence of specific material elements, identify or predefine a child's presence. There are also approaches that debate childhood and children as culturally defined and, therefore, historically defined social categories. Such works have provided Archaeology with important theoretical reflections, as well as with the exercise of methodological constructions to approach these social categories.

Keywords: Childhood; Children; Archaeology

¹ Universidade Federal do Rio Grande
- FURG, Instituto de Ciências Humanas
e da Informação/ICHI. Avenida Itália,
S/N, Km 8, Campus Carreiros, Rio
Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

*As coisas que não têm nome
são mais pronunciadas por crianças*
(Manoel de Barros)

Introdução

No século XX, presenciamos a construção de um sistema que classificou as gerações considerando não somente um intervalo cronológico, mas, igualmente, os contextos históricos, sociológicos e tecnológicos vivenciados por cada geração. Assim conhecemos, por exemplo, as gerações X, Y, Z e a atual geração IA (inteligência artificial), definidas a partir da conjuntura sociocultural e dos impactos da tecnologia na vida de crianças e adolescentes. Desta maneira, elegemos categorias através das quais classificamos e observamos crianças e jovens, ao mesmo tempo em que traçamos, desde diferentes áreas, estratégias de relacionamento com tais gerações e perspectivas de futuros. Em síntese, descrevemos, categorizamos, classificamos e analisamos as gerações do passado recente e as contemporâneas. Mas como, a partir da Arqueologia, fazemos isso em relação às gerações de passados remotos. Delinear uma resposta a essa questão é o objetivo central deste artigo.

Infâncias, crianças e culturas infantis desde a História e a Antropologia encontram campos de investigações consolidados, com variadas formulações teóricas e metodológicas. Inúmeros projetos surgiram na área da história, a partir da publicação do clássico trabalho de Philippe Ariès (1981), no qual o autor foi um dos precursores ao delinear a infância como uma categoria social construída na Modernidade. É naquela conjuntura que se estrutura o que Ariès chamou de “sentimento de infância”, distinguindo-se, portanto, o mundo infantil do mundo adulto.

Para o caso da Antropologia, Cohn (2013) aponta que o campo é plenamente consolidado no cenário internacional e nacional, no que se refere aos estudos das infâncias. Segundo a autora, desde os anos 1980 e 1990 a antropologia brasileira tem se dedicado a observar as crianças em suas ações, em seus espaços e por elas mesmas, ouvindo-as diretamente, muito embora, desde o início do século XX, as crianças sejam mencionadas em diferentes estudos etnográficos.

Na Arqueologia, por sua vez, a produção internacional tem mostrado, igualmente, um campo consolidado. Romero (2010) demonstra que desde os anos 1970 há observações relacionadas às crianças na análise de contextos arqueológicos de tempos remotos ou mais recentes. A autora também observa o significativo aumento no número de publicações e congressos dedicados ao tema desde os anos 90. Todavia, para o caso brasileiro podemos apontar que infâncias e crianças compõem um campo

investigativo ainda em desenvolvimento e pouco presente nos encontros científicos da área. Surgem como temas tangenciados por alguns trabalhos, impulsionados pela classificação de elementos muito específicos da cultura material, através dos quais se infere a presença infantil e a vivência de determinadas infâncias.

Há também abordagens arqueológicas que trazem importantes contribuições para o debate sobre infância como uma categoria social culturalmente posta e, portanto, historicamente definida. Tais trabalhos tem proporcionado à Arqueologia brasileira uma importante reflexão para a abordagem desta categoria social, construindo as condições para a consolidação de um campo de estudos de grande potencial. Lillehammer (2010) apresenta três dos principais enfoques aos quais a Arqueologia da infância, em geral, tem se dedicado: compreensão de como as crianças experimentam seus mundos; compreensão de como se dão as relações entre os mundos infantis e adultos; compreensão de como determinados grupos adultos consideram os mundos infantis. Trata-se de linhas que, de uma forma ou outra, identificamos na Arqueologia brasileira.

Neste artigo apresentarei rapidamente, a maneira como os estudos arqueológicos observam crianças e infâncias de contextos socioculturais e históricos ainda não experimentados por pesquisadores e pesquisadoras. Além disso, destacarei de quais parâmetros, indícios e categorias partimos, na compreensão das infâncias e das crianças pretéritas. Embora existam relevantes estudos no Brasil, pode-se observar que a arqueologia das infâncias e das crianças ainda engatinha. Busco, portanto, oferecer um panorama geral da arqueologia da infância, mostrando que este é um campo de estudo bastante promissor.

Visivelmente invisíveis? As crianças no contexto arqueológico

Coletivo social pouco visível nas mais diversas linhas discursivas, as crianças de passados remotos, recentes e contextos contemporâneos apontam potencialidades e desafios conceituais e metodológicos para os estudos arqueológicos. Lillehammer (2018a) indica que os agentes infantis passam despercebidos, ou são negligenciados no registro arqueológico. Segundo a autora, ao se referir aos filhos e netos antigos: “*Eles não podem falar por si mesmos!*” (Lillehammer, 2018a, p. 79). Contudo, apesar de invisíveis por longo tempo, as crianças e as infâncias surgiram nos estudos de alguns contextos arqueológicos e, direta ou indiretamente, ganharam espaço nas problemáticas de pesquisa.

A partir dos anos de 1990, observa-se um crescente número de trabalhos dedicados às infâncias. A publicação

de Lillehammer (2018b[1989]) marca uma chamada aos arqueólogos e às arqueólogas para incluir crianças e infâncias em suas abordagens e problemáticas. Assim, como apontou Baxter (2008), desde os anos de 1990 observamos o aumento de tais trabalhos. Todavia, esses estudos não surgiram em solo estéril. Para Lillehammer, o foco da Organização das Nações Unidas (ONU) na condição das crianças foi um impulso para que diferentes enfoques feministas associassem o desenvolvimento das crianças às questões de gênero e identidade. A autora mostra que inúmeras ideias que abarcavam perspectivas históricas, sociológicas e biológicas fomentaram, pelo caminho dos estudos de gênero e feministas (ainda nos anos 70), as visões de infância (Lillehammer, 2018a, p. 78).

Embora tais abordagens tenham fornecido fôlego aos estudos das crianças e das infâncias arqueológicas, para o caso da arqueologia brasileira apenas muito recentemente tais temas tem feito parte de algumas problemáticas de pesquisa. Observa-se a emergência das abordagens brasileiras no dossiê temático *Arqueologia da Infância*, publicado pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), na Revista de Arqueologia, em 2018 (Klokler *et al.*, 2018). A organizadora do dossiê, Dra. Fernanda Neubauer, aponta que tais estudos ainda são “raros na arqueologia brasileira” (Neubauer, 2018, p. 02). E o próprio dossiê expressa numericamente tal raridade. Dos treze artigos que compõem o volume, apenas seis apresentam estudos em contextos arqueológicos brasileiros, apesar da ampla variabilidade de temas e problemáticas que “abordam estudos de caso relacionados à cultura material criada por ou para crianças em diferentes sociedades e períodos temporais”. (Neubauer, 2018, p. 03).

Dentre os seis artigos contabilizados, dois estão dedicados à arqueologia do passado recente, um à arqueologia do contemporâneo e três à arqueologia pré-colonial. Macieira (2018) aborda a produção de bonecas de pano no passado recente e no contemporâneo, e os diferentes sentidos pelos quais passam esses artefatos. Pereira (2018) traz a perspectiva de infância e gênero, desde o estudo da cultura material escavada em um terreiro de candomblé fundado na metade do século XX no Rio de Janeiro. O autor destaca a falta de visibilidade dada à infância no contexto arqueológico, e toma como ponto de partida a constatação apontada por Lima (2012). Em artigo publicado neste volume da revista, abordo a construção da domesticidade feminina no mundo contemporâneo a partir das coisas do brincar (Silva, 2018). Análise, particularmente sob uma perspectiva de gênero, uma amostra de embalagens de brinquedos disponíveis no comércio.

Os outros três artigos estão dedicados ao passado remoto, à arqueologia do mundo pré-colonial. Neubauer (2018a) traz uma importante reflexão sobre a produção

lítica, incluindo pontas de projétil, datadas de aproximadamente 8.500 a.C., por crianças, e a identificação dessas no registro arqueológico. Marques (2018) nos brinda com uma reflexão sobre as mãos carimbadas identificadas em um painel de pinturas rupestres localizado no estado do Ceará, desde uma perspectiva semiótica. Solari, Pessis, Martins e Silva (2018) fazem uma leitura de patologias através da bioarqueologia.

Além desse dossiê, outra coletânea recentemente foi publicada. Tânia Andrade Lima organizou uma coletânea (Lima, 2019) contendo quatro trabalhos apresentados num simpósio que debateu a visibilidade e a invisibilidade das crianças no registro arqueológico, durante o XV Encontro Nacional de Arqueologia. A obra conta com o trabalho de Sidéra (2019), abordando possíveis bonecas confeccionadas em osso durante o neolítico europeu, aproximadamente 5100 a.C.. A autora aponta alguns paralelos estéticos e bases etnográficas encontradas na produção de bonecas semelhantes no continente africano. Este é o único texto da coletânea que não trata de um estudo de caso brasileiro. Duarte-Talin e Rodet (2019) trazem uma reflexão sobre os indícios que apontam para a presença de crianças nas atividades de lascamentos líticos; partem da ideia de criança aprendiz. Prous, Panachuk e Jácome (2019) trazem uma interpretação em que a presença de crianças é identificada através da confecção de artefatos cerâmicos Tupi-Guarani de pequena dimensão/miniaturas. A organizadora da obra, por sua vez, traz a análise de uma vasta coleção de artefatos relacionados ao ato de brincar, alguns destinados às meninas e outros aos meninos. Lima (2019a) aponta aspectos dos papéis sociais para os quais as crianças foram sendo doutrinadas ao longo dos anos de 1800, no Rio de Janeiro. Lima destaca a sociedade burguesa, que se constitui através de elementos modernizadores e de bases, paradoxalmente, ainda escravistas.

A invisibilidade das crianças nas pesquisas arqueológicas brasileiras vem, aos poucos, cedendo espaço para um novo panorama, permeado por diferentes perspectivas de infâncias e da presença infantil em materialidades de diversas temporalidades. Percebe-se que, apesar de não serem numerosos os trabalhos, o dossiê da Revista de Arqueologia (2018) e a coletânea organizada por Lima (2019) expressam uma síntese da diversidade de abordagens, temas e potencialidades de uma arqueologia da infância no Brasil.

Percebe-se, então, que os estudos arqueológicos tem delineado as infâncias a partir de duas grandes linhas:

- Como uma etapa natural do desenvolvimento biológico de um indivíduo subadulto (de pouca idade biológica) para uma fase de maior maturidade. Observada como uma fase natural de for-

mação, ainda que tocada pela cultura, a infância é identificada pela presença de traços particulares de desenvolvimento ósseo ou dentário, bem como por marcadores de cuidados com os indivíduos subadultos via identificação de patologias, perfil nutricional e desenvolvimento dentário, por exemplo.

- Como uma parte do espaço social de formação, aprendizagem e desenvolvimento de grande importância na constituição, na reprodução e na permanência de diferentes grupos, guardadas suas particularidades históricas, sociais e culturais.

Esta última, apesar de remeter à infância como formação, indica-a como construção historicamente datada e localizada, e não apenas como uma etapa biológica que, por vezes, é interpretada como universalmente posta. E, como uma espécie de “*poupança para o futuro*”, (Davis, 1940, p. 2017 *apud* Qvortrup, 2010, p. 633), a infância desponta nos estudos arqueológicos como algo antecipatório, construída pela ação das crianças, via espelhos adultos, no preparo para a vida na maturidade.

A infância vem sendo desenhada – e na arqueologia brasileira isso não tem sido exceção – como “*una distinción esencialmente cultural, un constructo social, y por tanto, muy variable*” (Jackson, 2006, p. 114), que constitui um local social/temporal de reprodução social e de futura reprodução biológica de qualquer coletivo humano, baseado nas diferentes estratégias de aprendizagem que se dão através da observação e da imitação.

Assim, o desafio dos estudos arqueológicos tem sido pensar em metodologias e aportes teóricos que permitam compreender cada infância em suas particularidades. Na perspectiva de etapa de desenvolvimento de um indivíduo ainda subadulto, o desafio é identificar tal processo no registro arqueológico, em especial naquilo que conforma seus papéis de mediação, ação e reprodução social. Desta forma,

[...] o problema é o de encontrar o mundo da criança, mas que na arqueologia não se restringe somente a este assunto: é um problema geral que diz respeito ao caráter do registro arqueológico. Problemas específicos dessa área de pesquisa envolvem a escolha de quais etapas iniciais devem ser tomadas para se fazer uma descoberta. Isso significa um aumento nas perguntas feitas em nome do registro de material para contar as distinções de idade. (Lillehammer, 2018b[1989], p. 22-23).

E, por outra via, ainda que por vezes complementar às duas linhas mencionadas anteriormente, a infância é abordada como categoria permanente de qualquer estrutura geracional. Essas noções, enquanto período ou então

categoria permanente, não se contradizem (Qvortrup, 2010, p. 635).

Portanto, parece essencial que façamos o exercício de debater os discursos das arqueologias tradicionais, as quais, segundo Lillehammer (2010), operam na objetificação das crianças arqueológicas. Para ela, é necessário que busquemos o afastamento das infâncias narradas como produto do mundo adulto arqueológico, para buscar as ações e as agências infantis. E, para isso, a autora parte das ideias de Judith Butler, a qual afirma: “*A realidade de gênero é performativa, o que significa, simplesmente, que ela é real apenas na medida em que é realizada.*” (Butler, 1988, p. 527 *apud* Lillehammer, 2018a, p. 80).

Se a realidade é o realizado, para compreendermos as infâncias exige-se que observemos como elas são performatadas pelas crianças e pelos adultos que, por sua vez, são produtos de uma infância já vivida. Desta maneira, a criança fazedora, a criança como agente social, que age diretamente sobre a formação de uma sociedade e na estruturação de diferentes materialidades (paisagens, coisas, etc.), torna-se, em tese, o centro das problemáticas de pesquisa. Contudo, no campo da Arqueologia, mais uma vez esbarramos no desafio metodológico das pesquisas em campo.

Politis (1998, 1999) trouxe uma pertinente reflexão, através de estudos etnoarqueológicos, nos quais constatou que as crianças usam e fazem coisas e, portanto, são ativas na produção da sociedade e, por consequência, do registro arqueológico. Elas constituem uma categoria social que, em determinados contextos e arranjos sociais, pode ser chamada de infância. Contudo, as abordagens arqueológicas, como também aponta Jackson (2006), partem de premissas adultocêntricas.

Logo, para alguns, uma arqueologia da infância compreende o estudo arqueológico da atividade infantil, da criança fazedora. Essa é vista como alguém performativo de papéis sociais, funções e capacidades de tomar decisões e participar ativamente da formulação do tecido social (Lillehammer, 2018a). Neste caminho, Neubauer (2018) aponta que

[...] as crianças representam um componente importante dos grupos sociais, tanto em número como em influência. Portanto, é de se esperar que elas tenham desempenhado um papel relevante na criação do registro arqueológico, mesmo que nós, arqueólogas e arqueólogos, tenhamos dificuldade para identificar e interpretar seu impacto no registro material. (Neubauer, 2018, p. 02).

É importante, então, pensarmos nas formas como as atividades denominadas infantis vêm sendo identificadas nos registros arqueológicos.

- Pela presença de vestígios de indivíduos de pouca idade biológica, considerando as fases de desenvolvimento biológico identificadas desde os vestígios ósseos e dentário como, por exemplo, aqueles localizados em contextos funerários.
- Pela presença de artefatos que remetem ao mundo dito infantil e, conseqüentemente, das crianças, ou pelo menos ao que se aponta como parte do universo material infantil para os contextos arqueológicos identificados.

Desse último, é possível apontar o que tem sido identificado como vida material das infâncias investigadas nos mais diversos contextos. Assim,

[...] de forma general podemos destacar una serie de ámbitos temáticos generales de representación, con protagonismo destacado en el discurso arqueológico, que pasan por el reestudio de la cultura material y las imágenes tradicionalmente asociadas a la infancia y la revisión de actividades, funciones y contextos – de hábitat, funerarios y rituales – con presencia infantil. (Peraille et al., 2014, p. 406).

É nas imagens tradicionalmente associadas que os conceitos de infância e a conseqüente identificação material dessa têm sido pautados. Assim, as infâncias, nos mais diversos registros arqueológicos, são observadas a partir daquilo que a abordagem histórico-cultural definiu como fóssil guia (ou artefato diagnóstico) que, neste caso, via de regra, remete a artefatos relacionados ao ato de brincar e imitar (Silva, 2018). Por outro lado, conforme coloca Miller (2013, p. 200), a cultura material e suas materialidades estão diretamente relacionadas a construção da pessoa e, como aqui já apontado, da performance. Indivíduos são paridos, são cuidados e crescem como parte de determinada sociedade, e tal trajetória compõe um lugar, uma categoria social que, desde a arqueologia, é materialmente identificada.

Parte das pesquisas que se propõem ao estudo arqueológico da atividade infantil a identifica a partir da presença de:

1) Artefatos em pequenas dimensões que imitam/copiam artefatos maiores utilizados, em tese, por adultos. Como por exemplo: pontas de projétil, arcos, recipientes cerâmicos (argila, faiança, faiança fina, porcelana, etc), artefatos em tecidos (como vestimentas de bonecas), pequenas unidades habitacionais e mobiliários de pequenas dimensões, pequenas embarcações, etc.

2) Artefatos em pequenas dimensões com identificação de deficiências técnicas em sua produção. Como indicadores da incapacidade de as crianças – compreendidas como aprendizagens iniciais / em formação – imitarem

com boa desenvoltura tecnológica a produção adulta.

3) Artefatos que representam pequenos corpos, em especial antropomorfos, conhecidos como bonecas ou bonecos.

4) Artefatos relacionados aos cuidados com crianças como vestimentas, vestígios de alimentação, adornos, mamadeiras, chocalhos, etc.

Apesar de os discursos arqueológicos tentarem escapar do que a modernidade talhou como crianças e infâncias, os quatro pontos brevemente apresentados desenharam a ideia de que essas têm sido identificadas desde as lentes das infâncias modernas, circunscritas à imagem de fase/etapa de desenvolvimento/formação via espelho adulto. O ponto dois, em específico, mostra a identificação da infância e da ação infantil como algo incompleto, sem o desenvolvimento de determinadas competências. Neste aspecto, é fundamental compreender que isso demonstra a incapacidade de reconhecermos as práticas infantis a partir de suas próprias ações. São os adultos, neste caso os arqueólogos e as arqueólogas, que definem o que são e quais são as competências ideais das boas performances materialmente apresentadas por meio das coisas. Isso, como coloca Qyortrup (1994), instituiu uma forte relação de poder numa engendrada abordagem adultocêntrica, uma vez que os sujeitos das infâncias não têm voz na produção do conhecimento arqueológico, quando não contamos com abordagens etnoarqueológicas ou analogias etnográficas.

Muitos trabalhos alertam para a necessidade de reconhecer que infância não é universal, bem como apontam que ela não está circunscrita exclusivamente aos aspectos biológicos de uma fase específica do desenvolvimento humano. Neste caminho, recorrentemente percebe-se que diferentes estudos partem das ideias de Baxter (2008). A autora aponta que, embora sejam relevantes, as etapas (trajetórias) de desenvolvimento humano variam imensamente. Portanto, isso indica a necessidade de observar não somente como cada sociedade organiza sua classificação e suas categorias etárias e de desenvolvimento biológico, mas igualmente alerta para a necessidade de compreender as particularidades das crianças em seus próprios contextos culturais.

Apesar disso, observa-se que em estudos concernentes à bioarqueologia que as infâncias e as crianças são conceituadas como etapas, visto que, salvo exceções, pouco consideram as particularidades culturais e os arranjos sociais em estudo, restando apenas a identificação de idades, sinais de cuidados e patologias. E, quando tomadas como categorias sociais, desde uma perspectiva metodológica e teórica, tal ênfase não é problematizada. Assim, grande parcela dos estudos bioarqueológicos conceitualiza e identifica as infâncias e indivíduos infantis, a partir da “avaliação fisiológica de maturação dentária e esquelética,

e uma conversão bem-sucedida da idade biológica em idade cronológica”, como bem apontam Solari, Martin e Silva (2016, p. 09).

Lillehammer (2018b[1989]) lançou os desafios que os estudos arqueológicos devem debater quando as infâncias estudadas não correspondem àquilo que o ocidente moderno delineou. Questiona a autora:

Quando as crianças nas sociedades passadas passaram a idade da infância? Como isso aconteceu? É materializado no registro lógico arqueológico? Outra questão importante é a transferência de tradições culturais de uma geração para outra (Lillehammer, 1982, 1987). Envolve o processo de aprendizagem e socialização das crianças. Como as crianças se adaptam ao meio ambiente? Existe uma diferença entre sociedades caçadoras-coleadoras e sociedades rurais, entre sociedades mais ou menos estratificadas, e assim por diante? A evidência etno-cultural mencionada anteriormente confirma os pressupostos de uma relação entre a estrutura socioeconômica e as condições de vida das crianças. (Lillehammer, 2018b[1989], p. 23).

O entrelaçamento da vida adulta na vida infantil é essencial – considerando que já mencionamos que o adulto também foi formado por uma vida de criança e por uma cultura infantil, em sua infância – ao abordarmos contextos arqueológicos de passados recuados ou recentes. Para a autora,

[...] a brincadeira da criança não é uma questão de lazer e tempo livre de uma rotina diária; é uma expressão do trabalho da criança para crescer. A brincadeira infantil é então um documento de significação cultural e histórica, um aspecto do seu mundo que é fundamental para o seu processo adaptativo. Quando tratadas numa perspectiva arqueológica, são esperadas variações culturais e mudanças históricas na forma como as crianças trabalharam e brincaram para se adaptarem ao mundo circundante. (Lillehammer, 2018b[1989], p. 22-23). [Grifo meu]

Desta forma, podemos apontar que conhecer a vida adulta e a forma como as crianças se apresentam via registro arqueológico permite conhecer os indivíduos subadultos em seus contextos específicos. E, de uma forma ou outra, diante do aqui apontado, a Arqueologia em geral segue o mesmo caminho. Entre erros e acertos, ampliou, nos últimos vinte anos, as abordagens que focam as culturas infantis, as crianças e as infâncias desde diferentes prismas. Da invisibilidade anterior, esses agentes emergem em novas possibilidades investigativas, desde outras pers-

pectivas de análise. E, neste cenário, Baxter (2008) e Grete Lillehammer (2010, 2018a, 2018b [1989]) – autoras que tem dado o tom de muitas pesquisas no Brasil – indicaram as potencialidades dos estudos arqueológicos.

Considerações Finais

Em projeto desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande, junto ao Lume Observatório das Coisas Contemporâneas, sobre infâncias, gênero e as coisas do brincar no mundo contemporâneo, problematizamos a infância desde a seguinte perspectiva: nas formas como os adultos compreendem a ação das crianças (sujeitos da infância), definida socialmente como uma etapa de aprendizagem e na experiência no mundo. Consideramos, portanto, o cruzamento de elementos como idade cronológica, idade biológica, elementos cognitivos e linguagem. A partir disso, a abordamos enquanto etapa e categoria de análise, uma vez que a infância

[...] tanto se transforma de maneira constante assim como é uma categoria estrutural permanente pela qual todas as crianças do mundo ocidental moderno passam. A infância, neste contexto de pesquisa, existe enquanto um espaço social para receber qualquer criança nascida e para incluí-la – para o que der e vier – por todo o período da sua infância. Quando essa criança crescer e se tornar um adulto, a sua infância terá chegado ao fim, mas enquanto categoria a infância não desaparece, ao contrário, continua a existir para receber novas gerações de crianças. (Qvortrup, 2010, p. 635).

Diante do desafio posto, durante o ano de 2019 a equipe do LOCCO/FURG realizou um levantamento em todas as revistas de Arqueologia do Brasil, a fim de localizar as publicações que envolvem crianças, infâncias e culturas infantis. No segundo semestre daquele ano, ampliamos o levantamento para revistas de outras áreas em que pesquisas arqueológicas foram publicadas. Nesta segunda etapa, a busca foi por tema: arqueologia da infância, arqueologia e crianças, etc. Uma vez finalizado o levantamento, iniciou-se a construção de um banco de dados. Atualmente, a equipe realiza a leitura do material e sua sistematização. Pretendemos, com isso, traçar um panorama mais amplo e detalhado de como a Arqueologia brasileira tem, ao longo de sua história, tratado o tema.

Contudo, ainda que de forma preliminar, percebemos que a grande maioria dos textos já analisados, parte daqueles publicados há mais de 10 anos – que representam cerca de 18% da amostra geral – a infância é apontada como uma categoria social que necessita ser analisada dentro de sua conjuntura, sob pena de se gerar

interpretações anacrônicas. Porém, na prática, nesses mesmos estudos a presença infantil é identificada a partir dos artefatos diagnósticos, ou fósseis guias, sem referências etnográficas para tal. Quando o material analisado não conta com vestígios ósseos, a infância e a presença de crianças surgem com a identificação de artefatos com supostas deficiências técnicas de manufatura, o que sugere a existência de um/a jovem/pequeno aprendiz. Outros, por sua vez, mostram tais presenças a partir da identificação de artefatos em pequenas dimensões, tenham estas deficiências técnicas ou não.

Neste particular, nossa equipe tem feito as seguintes perguntas: como apontar relações diretas entre a presença de artefatos de pequenas dimensões e/ou com deficiências técnicas e a existência de crianças e infâncias, se tais estudos não as colocam em uma conjuntura sociocultural e histórica particular? Estes estudos partiram de quais sentidos de infâncias? Aquelas vivenciadas desde a modernidade, ou toda uma gama de categorias possíveis, em que aquilo que conhecemos atualmente como infância sequer pode ter existido? Essas questões surgiram diante da ausência dessas reflexões nos artigos/capítulos analisados. Tais ausências/silêncios nos dizem muitas coisas sobre as possíveis Arqueologias, desde o uso de diferentes teorias e metodologias, estejam elas explícitas ou não. Logo, é com essas perguntas que seguimos o projeto, percebendo as potencialidades e o quanto ainda são necessários estudos sobre o tema. Ainda temos muito que caminhar. Hoje engatinhamos e, por vezes, tentamos levantar e iniciar passos mais firmes, cientes das contribuições daqueles que vieram antes de nós.

E não poderia deixar de fechar este texto com uma frase que muito me marca e acredito que potencialize nossos esforços em abordar infâncias e crianças neste jogo de visivelmente invisíveis até visibilizados:

A maneira como a sociedade se comporta em relação às crianças é a essência de sua humanidade. A melhoria e degradação de alguém / corpo para o status de um mero objeto é, contudo, onde podemos encontrar os maiores desafios na teoria e na prática da arqueologia. (Lillehammer, 2018a, p. 80).

Que tenhamos belas e potentes formas de nos comportar em relação às crianças de passados remotos, de passados recentes e dos contemporâneos. As problemáticas e os desafios estão lançados em um campo de pesquisa em consolidação, e bastante promissor na arqueologia brasileira.

Referências

ARIÈS, Philippe. 1981. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, LTC, 279 p.

- BAXTER, Jane Eva. 2008. The archaeology of childhood. *Annual Review of Anthropology*, **37**: 159-175.
- COHN, Clarice. 2013. Concepções de infância e infâncias: Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. *CIVITAS*, **13**(2): 221-244. DOI: 10.15448/1984-7289.2013.2
- DUARTE-TALIM, Déborah e RODET, Maria Jacqueline. 2019. Uma reflexão sobre a criança e a infância: em busca de indícios de crianças/aprendizes lascadoras na pré-história brasileira. In: T. A. LIMA (org.), *A (in)visibilidade de crianças no registro arqueológico*. E-book. Rio de Janeiro, Museu Nacional. p. 25-40.
- JACKSON, Donald. 2006. Infancia y Arqueología: hacia la construcción de un marco conceptual y expectativas arqueológicas. In: D. JACKSON; D. SALAZAR e M. TRONCOSO (Orgs). *Puentes hacia el pasado: reflexiones teóricas en Arqueología*. E-book . Grupo de Trabajo en Arqueología Teórica, p.110-122.
- KLOKLER, Daniela; MILHEIRA, Rafael Guedes; VIANA, Sibeli A. 2018. Editorial. *Revista de Arqueologia*, **31**(2): 1. DOI: 10.24885/sab.v31i2
- LILLEHAMMER, Grete. 2010. Archaeology of Children/Arqueología de la infancia. *Complutum*, **21**: 5-45.
- _____. 2018a. The archaeology of childhood: short version of a factual story with a personal touch. *Revista de Arqueologia*, **31**(2): 75-85. DOI: 10.24885/sab.v31i2
- _____. 2018b[1989]. Uma criança nasce. O mundo da criança em uma perspectiva arqueológica. Traduzido por Fernanda Neubauer. *Revista de Arqueologia*, **31**(2): 14-34. DOI: 10.24885/sab.v31i2
- LIMA, Tania Andrade. 2012. The dark side of toys in nineteenth century Rio de Janeiro, Brazil. *Historical Archaeology*, **46** (3): 63-78.
- _____. (Org.). 2019. *A (in)visibilidade de crianças no registro arqueológico*. E-book. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 94 p.
- _____. 2019a. Brinquedos subliminares: doutrinação de crianças e introdução de papéis sociais no Rio de Janeiro oitocentista . In: T. A. LIMA (org.), *A (in)visibilidade de crianças no registro arqueológico*. E-book. Rio de Janeiro, Museu Nacional. p. 66-91.
- MACIEIRA, Cássia. 2018. Infância, inventos e bonecas de pano. *Revista de Arqueologia*, **31**(2): 197-209. DOI: 10.24885/sab.v31i2
- MARQUES, Marcélia. 2018. A infância e o sistema semiótico de mãos carimbadas na arte rupestre. *Revista de Arqueologia*, **31**(2): 147-157. DOI: 10.24885/sab.v31i2
- MILLER, Daniel. 2013. Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 248 p.
- NEUBAUER, Fernanda. 2018. Uma criança brasileira nasce: introdução ao dossiê temático sobre a Arqueologia da Infância. *Revista de Arqueologia*, **31**(2): 02-07. DOI: 10.24885/sab.v31i2
- _____. 2018a. Playing with projectile points. Childhood flintknapping imitation at an 8,500 Year Old Hunter-Gatherer rockshelter site in southern Brazil. *Revista de Arqueologia*, **31**(2): 35-57. DOI: 10.24885/sab.v31i2
- PERAILE, Isabel Izquierdo; RUIZ, Claudia Lopes e TORREIRA, Lourdes Prados. 2014. *Archivo de Pre Historia Levantina*, **30**: 401-418.
- PEREIRA, Rodrigo. 2018. Fazer-se criança no candomblé – infância, educação formal e gênero. Visibilidades no registro arqueológico. *Revista de Arqueologia*, **31**(2): 158-175. DOI: 10.24885/sab.v31i2
- POLITIS, Gustavo. 1998. Arqueología de la Infancia: una perspectiva etnoarqueológica. *Trabajos de Prehistoria*. **55**: 5-19.
- _____. 1999. La actividad infantil en la producción del registro arqueológico cazadores-recolectores. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento **3**: 263-283.

- PROUS, André; PANACHUK, Lilian e Jácome. 2019. Brincando de panelinha... os potes Tupiguarani em miniatura e as vasilhas para treinamento. In: T. A. LIMA (org.), *A (in)visibilidade de crianças no registro arqueológico*. E-book. Rio de Janeiro, Museu Nacional. p. 41-66.
- QVORTRUP, Jens. 1994. Childhood matters: an introduction. In: J. QVORTRUP et al, *Childhood matters: social theory, practice and politics*. Vienna, European Centre Vienna. p. 1-24.
- _____. 2010. A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*, **36**: 631-643.
- ROMERO, Margarita Sánchez. 2010. ¡Eso no se toca! Infancia y cultura material en arqueología / Don't touch that! Childhood and material culture. *Archaeology*. Complutum, **21**: 9-13.
- SIDÉRA, Isabelle. 2019. Seriam bonecas de osso os primeiros brinquedos do mundo? Europa, ca. 5.100 BC. In: T. A. LIMA (org.), *A (in)visibilidade de crianças no registro arqueológico*. E-book. Rio de Janeiro, Museu Nacional. p. 13-24.
- SILVA, Adriana F. 2018. Infância, gênero e brinquedos: reflexões sobre a construção da domesticidade feminina através das coisas contemporâneas de brincar. *Revista de Arqueologia*, **31**(2): 176-196. DOI: 10.24885/sab.v31i2
- SOLARI, A.; MARTIN, G.; SILVA, S. F. S. M da. 2016. A Presença Infantil no Registro Bioarqueológico no Sítio Pedra do Alexandre, Carnaúba dos Dantas, RN, Brasil. *Fundamentos*, **XIII**: 4-30.
- _____. 2018. Patologias invisíveis na Bioarqueologia da Infância. *Revista de Arqueologia*, **31**(2): 103-117. DOI: 10.24885/sab.v31i2

Submetido em: 01/06/2020

Aceito em: 11/08/2020